Relatório da Administração - 2020

Enel Geração Fortaleza Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A.

30 de março de 2021

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara Responsável de Relações com Investidores

 $https://www.enel.com.br/pt/investidores/GeracaoFortaleza|\ brasil.investorrelations@enel.com.br/pt/investidores/GeracaoFortaleza|\ brasil.investorrelations@enel.com.br/pt/investorrelations@enel.com.br/pt/investorrelations.br/pt/investorrelation$

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A. – CGTF ("Enel Geração Fortaleza" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

PERFIL

A Enel Geração Fortaleza é uma geradora com sede na cidade de Caucaia, Estado do Ceará, e forma parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, distante 50 quilômetros de Fortaleza. Concluída em 2003, a usina, implantada a partir do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) do governo federal, produz energia via ciclo combinado de gás natural e vapor. O Grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., possui 100% de seu capital total.

Com 327 MW de potência instalada, a usina tem toda a produção comercializada com um único cliente, a distribuidora Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará"), que atende todo o Estado do Ceará. O contrato entre Enel Distribuição Ceará e Enel Geração Fortaleza, celebrado em 31 de agosto de 2001, estipula a entrega anual de 2.690 GWh/ano (equivalente à 307 MW médios) e tem vigência até 2023. A CGTF conta ainda com uma linha de transmissão de 1,2 Km em alta-tensão (230Kv).

A Companhia possui um contrato com a Petrobras, que garante o suprimento de gás natural até 2023. Em 2017, a Petrobras anunciou rescisão unilateral do contrato de fornecimento de gás natural, resultando em um litígio. A Companhia ajuizou ação contra a Petrobras com o objetivo de restabelecer o fornecimento de gás à usina, e garantiu seu abastecimento de combustível em decisões judiciais liminares. Em 31 de agosto de 2020, a Companhia e a Petrobras, de comum acordo, solicitaram a desistência dos processos judiciais, sem prejuízo à manutenção do Contrato.

Em 2020, a Enel Geração Fortaleza teve uma geração líquida de 212 GWh (1.128 GWh em 2019).

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2020	2019	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	327	327	-	-
Energia assegurada (Garantia Fisica) (MWm)	319	319	-	-
Geração de energia elétrica (GWh/ano)	212	1.128	(916)	-81,2%
Venda de energia elétrica - Contrato Bilateral (GWh/ano)	2.690	2.690	-	0,0%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	3.636	4.742	(1.106)	-23,3%
Investimento Total (R\$ Mil)	48.515	78.618	(30.103)	-38,3%

Número de Colaboradores

	2020	2019	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	61	63	(2)	-3,2%
Número de colaboradores parceiros	58	55	3	5,5%
Total	119	118	1	0,8%

^{*} Valores não auditados pelos auditores independentes

Indicadores Patrimoniais

	2020	2019	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.154.935	1.285.953	(131.018)	-10,2%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	714.867	819.079	(104.212)	-12,7%
Valor patrimonial por ação (R\$)	4,71	5,39	(0,69)	-12,7%

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2020, o índice de disponibilidade interna acumulado da usina foi de 99,2% em comparação a 95,34%, registrado no exercício anterior, com um fator de utilização de 8,1 % (vs. 41,7% em 2019). Durante o ano de 2020, a operação ocorreu normalmente sob despachos por ordem de mérito.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

2020	2019	Variação	Var. %
1.367.441	1.548.758	(181.317)	-11,7%
(402.579)	(267.737)	(134.842)	50,4%
964.862	1.281.021	(316.159)	-24,7%
(644.904)	(830.937)	186.033	-22,4%
319.958	450.085	(130.127)	n.a
33,16%	35,13%	-	-1,97 p.p
264.158	393.986	(129.828)	n.a
27,38%	30,76%	-	-3,38 p.p
(2.688)	52.781	(55.469)	n.a
(101.316)	(142.432)	41.116	-28,9%
160.154	304.335	(144.181)	n.a
16,60%	23,76%	-	-7,16 p.p
1,05	2,00	(0,95)	n.a
	1.367.441 (402.579) 964.862 (644.904) 319.958 33,16% 264.158 27,38% (2.688) (101.316) 160.154 16,60%	1.367.441 1.548.758 (402.579) (267.737) 964.862 1.281.021 (644.904) (830.937) 319.958 450.085 33,16% 35,13% 264.158 393.986 27,38% 30,76% (2.688) 52.781 (101.316) (142.432) 160.154 304.335 16,60% 23,76%	1.367.441 1.548.758 (181.317) (402.579) (267.737) (134.842) 964.862 1.281.021 (316.159) (644.904) (830.937) 186.033 319.958 450.085 (130.127) 33,16% 35,13% - 264.158 393.986 (129.828) 27,38% 30,76% - (2.688) 52.781 (55.469) (101.316) (142.432) 41.116 160.154 304.335 (144.181) 16,60% 23,76% -

⁽¹⁾ Não inclui depreciação e amortização

A receita operacional bruta de 2020 foi inferior em 11,7% em relação ao ano de 2019, decorrente, sobretudo, de menor receita com suprimento de energia elétrica, decorrente de menor volume de energia comercializada e de menor volume de energia comprada para revenda em 2020. O efeito foi parcialmente compensado pelo suprimento de energia — CCEAR à Enel Distribuição Ceará, cuja receita oriunda foi 16,5% maior que o registrado no ano anterior.

As deduções da receita bruta totalizaram R\$ 402,6 milhões, montante 50,4% superior ao registrado em 2019, em função, principalmente, da constituição, em 2019, de créditos a recuperar de PIS e COFINS, com o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Desse modo, a receita líquida de 2020 resultou em um valor 24,7% menor que o registrado em 2019, registrando R\$ 964,9 milhões.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram uma redução de 22,4% em razão dos seguintes fatores: (i) redução de R\$ 495,9 milhões na rubrica de energia elétrica comprada de empresas relacionadas; (ii) menor custo com compra de matéria-prima e insumos para produção de energia, em R\$ 19,9 milhões; e (iii) menor custo com material e serviços de terceiros, em um montante de R\$ 13,5 milhões;

⁽²⁾ EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

⁽³⁾ EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

parcialmente compensado pelo (iii) maior custo com compra de energia elétrica no mercado spot, com aumento de R\$ 308,7 milhões, em relação a 2019.

Estes efeitos resultaram em um EBITDA positivo de R\$ 320 milhões, uma redução de R\$ 130,1 milhões em relação ao EBITDA apresentado em 2019.

O resultado financeiro totalizou, em 2020, uma despesa de R\$ 2,7 milhões, contra uma receita de R\$ 52,8 milhões em 2019, devido principalmente a um efeito extraordinário positivo registrado em 2019, de R\$ 56,5 milhões, de juros e atualização monetária decorrentes da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins.

O exercício encerrou com um lucro líquido de R\$ 160,2 milhões, resultado R\$ 144,2 milhões inferior em relação ao registrado em 2019.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2020 somaram R\$ 48,5 milhões, contra R\$ 78,6 milhões no ano anterior (-38,3%). Estes recursos foram aplicados visando manter a disponibilidade das unidades geradoras e a segurança operacional. A variação observada entre os períodos deve-se ao menor custo variável de Long Term Service Agreement ("LTSA"), por menor despacho técnico em comparação ao ano anterior, e menor necessidade de manutenções extras, sem comprometer a disponibilidade da planta. Além disso foram realizados projetos de investimentos em *Overhaul* (reformas).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O compromisso da Enel Geração Fortaleza com o desenvolvimento sustentável se manifesta em diferentes ações e sistemas. Objetivos, metas e indicadores são estabelecidos e monitorados de forma global, por meio de seu plano industrial e de sustentabilidade que envolvem todas as áreas da companhia. Em 2020, fizeram parte do trabalho de atuação e relacionamento da Enel Geração Fortaleza com suas áreas de influência, a realização de projetos com o intuito de solucionar questões sociais, além de aspectos de desenvolvimento cultural e socioeconômico, gerando valor compartilhado para o negócio e para sociedade. As ações foram construídas por meio de diálogos com os *stakeholders* relevantes e encontros diversos com atores sociais locais. Os projetos desenvolvidos trazem benefícios para a comunidade do entorno, fortalecem a cultura local e auxiliam o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), com os quais a empresa possui um compromisso público. A Enel tem metas diretas para seis dos ODS: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), buscando assim a geração de valor compartilhado entre a empresa e seus stakeholders.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2020, a holding apoiou os países de sua área de atuação no enfrentamento e na redução dos danos causados pela Covid-19. No Brasil, com a campanha #JuntosNaMesmaEnergia, foi lançado um pacote de iniciativas que destinou R\$ 23,4 milhões para diversas ações em várias frentes no país, incluindo a doação de R\$ 3 milhões para produção de testes rápidos pela Fiocruz, distribuição de cestas básicas, alimentos, itens de higiene, EPIs, máscaras de proteção cirúrgicas e leitos de unidades de terapia intensiva. A Enel apoiou a geração de renda de pequenos produtores e adaptou seus projetos de sustentabilidade para que as comunidades fossem atendidas durante o período de isolamento social. Por meio de seu portal de voluntariado, Rede do Bem, foram realizadas campanhas de incentivo à participação de colaboradores e clientes em ações de mitigação dos impactos da pandemia.

Por meio dos diversos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel se relaciona no território, em 2020, a empresa beneficiou 2 mil pessoas em um investimento em torno de R\$ 250 mil. Face ao período do distanciamento social em razão da pandemia do COVID-19, a forma de interagir com as comunidades foi adaptada e foram ampliados os canais com a implantação de uso de meios digitais. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Plano de Doação Covid-19 #JuntosNaMesmaEnergia: Foram doadas 140 cestas de alimentos e 140 kits de limpeza para duas comunidades de Caucaia.

Enel Compartilha Atitude Verde - Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos: O projeto de compostagem implementado em 2020 visa, por meio de boas práticas ambientais relacionadas a Economia Circular, o gerenciamento de resíduos orgânicos, estimulando ainda o comprometimento dos colaboradores sobre a destinação e reaproveitamento de resíduos para a geração de alimentos em horta orgânica instalada na usina. O projeto foi premiado no concurso interno Power G Award 2020, na Categoria Meio Ambiente.

Enel Compartilha Inclusão Digital: De modo a garantir o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens da área de influência, a empresa apoia há oito anos os projetos EPADA – Educação para as Artes Digitais Animadas – e o ANIMARE. As iniciativas proporcionam qualificação aos beneficiados por meio de workshops sobre empreendedorismo e capacitação técnica profissional, desenvolvendo seus talentos na área de computação gráfica e realidade virtual, respectivamente. Em 2020, o Projeto Epada iniciou uma parceria com a EGP para o desenvolvimento pelos alunos de um Tour Virtual da usina que atenderá aos stakeholder da empresa em 2021. Esse projeto foi finalista no concurso interno Power G Award 2020 na Categoria Ideia. Já o projeto ANIMARE, que visa à capacitação artística de alunos de comunidades locais, promoveu um Workshop de Edição de Vídeo com 37 inscritos e um Workshop de Empreendedorismo com 38 inscritos. Ambasas atividades beneficiaram jovens dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil, por meio de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos com esse foco, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 26 escolas participantes no Brasil. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social dos beneficiados. Em 2020, a Orquestra São Gonçalo do Amarante beneficiou 31 alunos e a Escola de Música Chiquita Braga beneficiou 49 alunos, respeitando todos os protocolos de segurança.

Rede do Bem: Lançada em 2012, a Rede do Bem, programa de voluntariado da Enel no Brasil, estimula a cidadania e a cultura de engajamento social, através de campanhas, mutirões e doações, com apoio de uma plataforma digital que permite aos colaboradores da empresa serem protagonistas das atividades. Em 2020, foram engajados 1.659 voluntários(as) e beneficiadas mais de 20 mil pessoas. Além das diversas ações voltadas para apoio ao combate do COVID-19, outro destaque foi a ação Mulheres de Energia, voltada para a promoção da equidade de gênero, que alcançou 768 beneficiados em colégios e universidades.

Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede": Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Em 2020 alcançou o total de 5.442 participantes em 27 atividades de engajamento.

Parceiro Responsável: Desde 2007, esse programa desenvolve a cadeia de suprimentos da Enel sobre sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. Em 2020, foram capacitadas 1.206 pessoas de 364 empresas fornecedoras, além de 133 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Em 2020, a Enel realizou o 2º Ciclo de DDDH para identificar riscos, impactos e oportunidades de melhoria em suas atividades no Brasil. A metodologia envolveu todos os principais stakeholders e identificou o nível de 95% de integração das políticas da Enel aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada no 1º Ciclo de DDDH, de 2017, e gerou um Plano de Ação de melhorias para os próximos 2 anos, que será monitorado pelo Comitê Executivo da Enel.

Certificações

A Enel Geração Fortaleza conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, 37001 em gestão antissuborno e a OHSAS 18001 sobre saúde e segurança ocupacional, que está em processo de migração para a ISO 45001.

Prêmio 'Valor Inovação', do jornal Valor Econômico

A Enel Brasil está entre as cinco empresas mais inovadoras do setor elétrico do País. O prêmio busca incentivar e reconhecer os esforços bem-sucedidos em inovações e em práticas de gestão da inovação, em âmbito nacional. Essa conquista reforça que os projetos e ações inovadores da Enel contribuem significativamente com avanços para o setor elétrico.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativa do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal. A próxima premiação 2020/2021 será divulgada no final de 2021.

Galeria de Notáveis 2020 da Money Report - Sustentabilidade

Nicola Cotugno - country manager da Enel Brasil – foi selecionado para a Galeria de Notáveis na categoria de Sustentabilidade na 5ª edição do prêmio promovido pela revista Money Report, organização que anualmente seleciona as empresas, organizações e personalidades que fizeram a diferença para o país.

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2020, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360°, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15° posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Prêmio Abrafac 2020

A Associação Brasileira de Facilities (Abrafac) reconheceu a Enel Brasil em três diferentes categorias do 15º Prêmio Abrafac de Melhores do Ano. Conquistamos o 1º lugar na categoria de Serviços com o aplicativo Mobicity, e o 2º lugar nas categorias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade com o projeto "Construções Sustentáveis – Certificação AQUA-HQE no Centro de Excelência Operacional da Enel RJ" e na categoria de Tecnologias com o projeto "Gestão de serviços através de novas tecnologias – Software de limpeza e manutenção predial".

Prêmio Nacional de Gestão de Ativos

A Enel Brasil se destacou mais uma vez no único Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (Egaese), no país. O Grupo foi premiado nas categorias de Atividades do Ciclo de Vida, Gestão Estratégica e Impactos Regulatórios, com os três projetos enviados para a premiação. O encontro reuniu cerca de 300 especialistas e executivos de empresas de geração, transmissão e distribuição do Brasil e do mundo, além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

	2020		2019	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	151.935.778	100,00%	151.935.777	100,00%
Não Controladores	-	0,00%	1	0,00%
Total	151.935.778	100,00%	151.935.778	100,00%

AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2020 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Presidente (Interino)
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Pedro Werbest Alves Silva	Diretor de Usina
Cargo Vago	Diretor de Gestão de Energia e Comercialização
Cargo Vago	Diretor de Comunicação
Alan Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretora Jurídica
Cargo Vago	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Cargo Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores
Isabel Regina Barroso de Alcantara

Contador Responsável Willian Teles de Souza CRC 1SP266003/O-0

Demonstrações Financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

31 de dezembro de 2020 e Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.

Caucaia - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

,	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	218.905	267.928
Títulos e valores mobiliários	5	953	26.740
Contas a receber	6	45.782	13.048
Tributos a compensar	7	148.245	77.617
Instrumentos financeiros derivativos		-	61.384
Prêmios de seguros e comissões de fianças		7.931	6.966
Outros créditos	8	33.117	54.126
Total do ativo circulante		454.933	507.809
Não circulante			
Tributos a compensar	7	14.150	98.103
Depósitos vinculados a litígios		39	37
Tributos diferidos	20	20.329	12.784
Outros créditos	8	5.100	-
Imobilizado	9	650.088	657.130
Intangível		10.296	10.090
Total do ativo não circulante		700.002	778.144
Total dos ativos		1.154.935	1.285.953

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	197.741	129.761
Empréstimos e financiamentos	12	-	245.500
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.322	1.364
Folha de pagamento		6.615	6.219
Obrigações fiscais	11	90.792	49.723
Obrigações por arrendamentos		238	91
Dividendos a pagar		3.203	-
Programa de pesquisa e desenvolvimento	13	34.489	30.723
Outras obrigações		121	526
Total do passivo circulante		336.521	463.907
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	102.076	-
Obrigações por arrendamentos		150	68
Provisão para processos judiciais e outros	15	305	968
Outras obrigações		1.016	1.931
Total do passivo não circulante		103.547	2.967
Patrimônio líquido	16		
Capital social		151.936	151.936
Reserva de capital		141.659	141.659
Reservas de lucros		423.464	520.848
Outros resultados abrangentes		(2.192)	4.636
Total do patrimônio líquido		714.867	819.079
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.154.935	1.285.953

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto resultado por ações)

	<u>Nota</u>	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	17	964.862	1.281.021
Custo do serviço	18	(696.353)	(879.953)
Lucro bruto		268.509	401.068
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	18	(1.583)	(1.669)
Despesas gerais e administrativas	18	(2.768)	(15.210)
Outras receitas	8		9.797
Total das despesas operacionais		(4.351)	(7.082)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		264.158	393.986
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		73.553	201.365
Despesas financeiras		(76.241)	(148.584)
		(2.688)	52.781
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		261.470	446.767
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(105.348)	(126.835)
Diferidos	20	4.032	(15.597)
			()
Lucro líquido do exercício		160.154	304.335
Lucro por ação	16	1,05	2,00

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	160.154	304.335
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	(10.345)	738
Tributos diferidos sobre ganho com instrumento financeiro derivativo	3.517	(250)
Resultados abrangentes do exercício	153.326	304.823

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

				Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Legal	Incentivo fiscal	Reforço de capital de giro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019		151.936	141.659	20.593	200.629	45.291	4.148	-	564.256
Ganhos com instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	738	-	738
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	(250)	-	(250)
Lucro líquido do exercício Destinações:	16	-	-	-	-	-	-	304.335	304.335
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendos intercalares	16	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Reserva de reforço de capital de giro	16	-	-	-	-	254.335	-	(254.335)	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019		151.936	141.659	20.593	200.629	299.626	4.636		819.079
Perdas com instrumentos financeiros		-	-	_	-	_	(10.345)	-	(10.345)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	3.517	-	3.517
Distribuição de dividendo adicional em 27.04.2020	16	-	-	-	-	(254.335)	-	-	(254.335)
Lucro líquido do exercício Destinações:		-	-	-	-	-	-	160.154	160.154
Dividendos mínimos obrigatórios - 2%	16	-	-	-	-	-	-	(3.203)	(3.203)
Reserva de reforço de capital de giro	16	-	-	-	-	156.951	-	(156.951)	- 1
Saldos em 31 de dezembro de 2020		151.936	141.659	20.593	200.629	202.242	(2.192)		714.867

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

(Em milnares de reais)	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	160.154	304.335
Ajustes por:		
Tributos e contribuições social diferidos	(4.032)	15.597
Tributos e contribuição social correntes	105.348	126.835
Créditos fiscais de Pis/cofins	-	(125.627)
Depreciação e amortização	55.800	56.098
(Adições) e reversões de provisão para processos judiciais e outros	(602)	476
Atualização das provisões para processos judiciais e outros	4	547
Valor residual de imobilizado baixado		3.532
Encargos financeiros e variação cambial	79.719	13.910
Receita financeira sobre partes relacionadas	200 204	(8.525) 387.178
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	396.391	307.170
Contas a receber	(32.734)	(13.048)
Tributos a compensar	13.325	9.029
Depósitos vinculados a litígios	(2)	(11)
Outros	14.944	(17.992)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		, ,
Fornecedores	67.980	(148.494)
Folha de pagamento	396	2.144
Obrigações fiscais	(125)	1.775
Pagamento das provisões para processos judiciais e outros	(65)	(127)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	3.766	6.659
Outros	(1.320)	228
	462.556	227.341
Dogamento de inadimulância na CCFF		(144.202)
Pagamento de inadimplência na CCEE Pagamento de instrumento financeiro	(74.669)	(144.303)
Pagamentos de juros de instrumento financeiro	(240)	(4.152)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(64.150)	(105.408)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(5.194)	(10.534)
Caixa líquido gerado (usado nas) pelas atividades operacionais	318.303	(37.056)
4		(====,
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	25.787	46.421
Recebimento de partes relacionadas - remuneração	-	16.727
Recebimento (empréstimo) de partes relacionadas - principal	-	100.589
Aplicações no intangível e imobilizado	(48.517)	(78.619)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de investimento	(22.730)	85.118
Atividades de financiamento		
Recebimento de instrumento financeiro - principal	116.773	_
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(319.019)	_
Captação de empréstimos e financiamentos - principal	112.246	_
Pagamentos de arrendamento mercantil - principal	(261)	(56)
Pagamento de juros sobre capital proprio	-	(30.000)
Pagamento de dividendos	(254.335)	(20.000)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(344.596)	(50.056)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(49.023)	(1.994)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	267.928	269.922
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	218.905	267.928
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(49.023)	(1.994)
. Industrial and darke or order relation to the darke	(40.020)	(1.554)

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

A CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("Companhia" ou "CGTF"), com sede na Rodovia CE 422, Km 1, Complexo Industrial Porto Pecém, no município de Caucaia, CE, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Em outubro de 2001, a CGTF foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica. Contudo, o início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

A CGTF tem como principais operações:

- Contrato de venda de energia 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), firmado com a Companhia Energética do Ceará - COELCE (parte relacionada) pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de dezembro de 2003, a preço regulado pela ANEEL o qual é reajustado anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado:
- Contrato de compra e venda de gás natural firmado com a Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"),
 com interveniência da Petrobras, o pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de dezembro de 2003, cotado
 mensalmente em dólar-americano. Este contrato confere exclusividade de fornecimento pela CEGAS
 à Companhia, bem como define premissas de mínimas e máximas de consumo associadas ao preço
 a ser pago pela Companhia.

A Petrobras, fornecedor de gás natural para a CGTF, requereu em 08 de setembro de 2017 a rescisão do contrato de suprimento de gás natural alegando eventual desequilíbrio econômico-financeiro relacionado com o preço e condições de suprimento do gás, depois de quase 15 anos do seu início de operação. Este contrato entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2003 e foi firmado no âmbito do Programa Prioritário de Termoeletricidade instituído pelo Governo Federal para solucionar o problema do racionamento de energia elétrica, que consistia em aumentar a geração termelétrica no Brasil, e tendo o Estado Brasileiro como garantidor do suprimento de gás natural, a preços regulados e estabelecidos em Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, e executado através da Petrobras, que detinha o monopólio de gás no País à época.

A Companhia, com o objetivo de seguir operando para a segurança elétrica do País, mantinha o contrato vigente através de uma liminar obtida em novembro de 2017 em uma ação judicial promovida contra a Petrobras, CEGAS, União Federal e Estado do Ceará. Entretanto, no dia 26 de fevereiro de 2018, a Companhia tomou conhecimento da revogação da liminar diante da extinção da ação judicial. No dia 27 de fevereiro, a Companhia foi notificada pela Petrobras informando a interrupção do suprimento de gás. A Companhia recorreu desta decisão com o firme propósito de restabelecer o suprimento de gás natural, confiando que o Poder Judiciário e o Estado Brasileiro reconheceriam a obrigação de ser honrado o compromisso estabelecido no Programa Prioritário de Termoeletricidade e em virtude do contrato firmado no ano de 2002.

Diante do recurso apresentado foi deferida, novamente, liminar no dia 29 de maio de 2018, sendo reformada tal decisão desobrigando a Petrobras a fornecer o gás no dia 27 de junho de 2018. Por fim, em 25 de outubro de 2018, a CGTF obteve liminar a qual lhe assegura que a União, o Estado do Ceará, a Petrobras e a CEGÁS se abstenham de cortar o fornecimento do Gás Natural nas condições estabelecidas nos 2 (dois) contratos de fornecimento de gás, firmados em setembro de 2002, no âmbito do PPT- Programa Prioritário de Termeletricidade.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em agosto de 2020, a disputa acima descrita foi encerrada entre as partes garantindo, umas às outras, total isenção por qualquer pleito passado relacionado ao contrato de suprimento de gás (pleito que tenham sido, ou não, apresentado até a referida data). Dessa forma, os contratos que regulam o fornecimento de gás, firmados em 2002, continuam válidos, sem qualquer alteração de preço, volume de fornecimento ou prazo de validade. Vale ressaltar que este evento recolocou a CGTF de volta ao seu cenário de operação usual.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Perspectiva econômico-financeira

A crise provocada pelo COVID reduziu a demanda de energia, e consequentemente, os preços no mercado de curto prazo. O impacto na Companhia foi muito pequeno, uma vez que o seu contrato de venda de energia para a Enel CE não sofreu qualquer impacto. A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 30 de março de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC")

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizado pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contrato com clientes

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de vendas de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o grupo geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

A Nota 21 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratado pela Companhia.

3.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.4 Imobilizado

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao prazo da outorga.

3.5 Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direto legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

3.7 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

<u>Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro</u>

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- a) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- b) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- c) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- d) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia e suas subsidiárias.

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (a) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (b) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (c) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (d) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

3.8 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão litadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração	-	
evidenciação e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1° de janeiro de 2021
	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar	
CPC 27 – Imobilizado	disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1° de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos		
contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações	Requisitos para classificação de passivo circulante e não	_
contábeis	circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023

3.9 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais estimativas e premissas compreendem incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para processos judiciais e outros.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários Aplicações financeiras	46.704	2.156
CDB - Certificado de Depósito Bancário	164.462	197.170
Operações compromissadas	7.709	50.329
Total de aplicações diretas	172.171	247.499
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	30	18.273
Total de fundos exclusivos	30	18.273
Total de aplicações financeiras	218.905	267.928

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, essas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de investimentos não exclusivos Fundos de investimentos exclusivos	590	486
Títulos Públicos	362	15.679
LF - Letra Financeira	1	10.575
Total de fundos exclusivos	363	26.254
Total de títulos e valores mobiliários	953	26.740

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

6. Contas a receber

	A vencer	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	45.782	45.782	46.628
Mercado de curto prazo	-	-	852
Subtotal	45.782	45.782	47.480
Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(34.432)
Total circulante	45.782	45.782	13.048

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 153.904 (R\$ 131.097 em 2019), com desconto de R\$ 496 (R\$ 495 em 2019 (nota 19)).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em agosto de 2020, a Companhia e a Petrobras, conforme descrito na nota 1, chegaram a um acordo pacificando as pendências e controvérsias que deram origens a discussões judiciais, garantindo a continuidade do suprimento do gás natural e dando quitação recíproca dos direitos valores e ações decorrentes das divergências solucionadas. Sendo assim, neste momento a Companhia baixou definitivamente o Contas a Receber controverso (R\$ 34.432) contra a respectiva Perdas Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa.

7. Tributos a compensar

	31/1	12/2020	31/12/2019		
	Circulante	nte Não circulante Circulante		Não circulante	
Imposto de renda e contribuição social	39.335	-	32.716	-	
Imposto de renda retido na fonte (a)	18.618	-	2.151	-	
PIS e COFINS (b)	83.796	-	41.674	83.953	
ICMS a recuperar	6.493	14.150	1.074	14.150	
Outros	3	-	2	-	
Total	148.245	14.150	77.617	98.103	

(a) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelos impostos retidos na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

(b) O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em março de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Dessa forma, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada na opinião de seus assessores legais e em sua melhor estimativa, a Companhia efetuou o reconhecimento dos créditos fiscais de PIS e de COFINS a recuperar no montante de principal e juros de R\$ 129.191 (R\$ 72.700 sobre receita líquida e R\$ 56.491 sobre receita financeira) registrados no resultado de 2019. A Companhia, considerando a habilitação do crédito concedida pela Receita Federal no mês de novembro de 2019, iniciou os procedimentos de recuperação dos referidos créditos tributários no mês de dezembro de 2019 de acordo com as previsões legais.

Cinacilanda Não ainscilando

A seguir a movimentação de PIS e COFINS:

Em 2020:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.674	83.953
Atualizações	1.849	-
Compensações	(46.644)	-
Reclassificação	83.953	(83.953)
Retenções fonte	2.964	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83.796	-

Em 2019:

Circulante	Não circulante
129.191	-
(3.564)	-
(83.953)	83.953
41.674	83.953
	129.191 (3.564) (83.953)

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

8. Outros créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Indenização de seguros (a)	-	32.427
Serviços em curso	11.676	10.804
Partes relacionadas (Nota 14)	16.618	10.479
Adiantamento a empregados	319	308
Custos de contrato (b)	7.650	-
Outros	1.954	108
	38.217	54.126
Circulante	33.117	54.126
Não cirulante	5.100	-

(a) Do saldo de, R\$ 32.427 em 2019 referem-se ao direito de indenização de seguros, junto à seguradora Mapfre, sendo R\$ 11.544 para danos materiais e R\$ 20.883 para lucros cessantes, relacionado à quebra de máquina ocorrida em maio de 2016. A indenização foi recebida no primeiro trimestre de 2020.

Em 2019, foram registrados na rubrica de "outras receitas" no resultado R\$ 9.797, dos quais R\$ 1.883 refere-se a complemento de lucros cessantes e R\$ 7.901 ao resultado líquido da indenização de seguros por danos materiais (nota 18).

(b) Refere-se a custos incrementais para obtenção de contrato de venda de energia, em volumes de 222 MW médios de setembro de 2020 a dezembro de 2023. O saldo será amortizado de acordo com o tempo do contrato. Até 31 de dezembro de 2020 foram amortizados R\$ 850.

9. Imobilizado

			31/12/2020	31/12/2019			
Descrição	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Terrenos		1.055	-	1.055	1.055	-	1.055
Edificações e outros imóveis	40	8.337	(3.787)	4.550	7.994	(3.543)	4.451
Máquinas, aparelhos e equipa	26	996.008	(520.253)	475.755	992.928	(465.181)	527.747
Veículos	7	1.272	(1.108)	164	1.272	(1.050)	222
Móveis e utensílios	16	11.434	(11.283)	151	11.434	(11.260)	174
Total do Imobilizado em Serviço	0	1.018.106	(536.431)	481.675	1.014.683	(481.034)	533.649
Imobilizado em andamento		168.053	-	168.053	123.365	-	123.365
Total do Imobilizado em Curso		168.053	-	168.053	123.365	-	123.365
Ativo de direito de uso		643	(283)	360	196	(80)	116
Total do ativo de direito de uso		643	(283)	360	196	(80)	116
Total do Imobilizado		1.186.802	(536.714)	650.088	1.138.244	(481.114)	657.130

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A movimentação do imobilizado está demonstrada como segue:

	31/12/2019	Adições	Depreciação	Transferências	31/12/2020	
Terrenos	1.055	-	-	-	1.055	
Edificações	4.451	-	(244)	343	4.550	
Máquinas e equipamentos	527.747	-	(55.072)	3.080	475.755	
Veículos	222	-	(58)	-	164	
Móveis e utensílios	174	-	(23)	-	151	
Imobilizado em andamento	123.365	48.111	-	(3.423)	168.053	
Ativo de direito de uso	116	447	(203)	-	360	
	657.130	48.558	(55.600)	-	650.088	

	31/12/2018	Adoção inicial	Adições	Baixas custo	Baixa depreciação	Depreciação	Transferências	31/12/2019
Terrenos	1.055	-	-	-	-	-	-	1.055
Edificações	4.307	-	-	-	-	(249)	393	4.451
Máquinas e equipamentos	586.557	-	-	(6.755)	3.224	(55.565)	286	527.747
Veículos	285	-	-		-	(63)	-	222
Móveis e utensílios	169	-	-	-	-	(26)	31	174
Imobilizado em andamento	52.523	-	71.552	-	-		(710)	123.365
Ativo de direito de uso	-	298	-	(102)	-	(80)	-	116
	644.896	298	71.552	(6.857)	3.224	(55.983)		657.130

10. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica comprada para revenda	124.146	47.325
Encargos de uso da rede	1.946	1.958
Insumos para produção de energia - Gás	5.086	16.784
Materiais e serviços	59.729	58.628
Partes relacionadas (vide nota 14)	6.697	4.906
Outros	137	160
Total	197.741	129.761

O aumento do saldo da rubrica de energia elétrica de comprada para revenda está relacionado às transações de comercialização de energia contratadas em 2020. Neste sentido a Companhia também apresenta um aumento no saldo de contas a receber. No entanto, o aumento do saldo de contas a receber não é proporcional ao de contas a pagar, visto que o prazo médio de pagamento de fornecedores é maior que o prazo médio de recebimento.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11. Obrigações fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (a)	54.107	21.428
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	31.362	24.849
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	2.789	2.442
Programa de integração social - PIS	603	519
Instituto nacional de seguridade social - INSS	13	26
Outros	1.918	459
Total	90.792	49.723

a) A Companhia opta pelo Lucro Real anual como base de tributação. Ao longo do ano de 2020, mensalmente, a Companhia recolheu IRPJ e CSLL com base na presunção de lucro de 8% sobre a Receita Bruta, acrescida de demais receitas não abrangidas na receita bruta. Em 29 de janeiro de 2021 foi recolhido o saldo da apuração do Lucro Real, líquido dos recolhimentos das estimativas mensais. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é composto por provisões para imposto de renda de R\$ 77.436 (R\$ 93.234 em 2019) e contribuição social de R\$ 27.912 (R\$ 33.601 em 2019) a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 51.237, sendo R\$ 35.087 de imposto de renda e R\$ 16.150 de contribuição social (Em 2019, foi no total de R\$ 105.407, sendo R\$ 73.799 de imposto de renda e R\$ 31.608 de contribuição social).

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020								
	Er	cargos	Pr	incipal					
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
Moeda Nacional				<u> </u>					
Mútuo Enel Brasil	-	2.076	-	100.000	09/04/2020	08/11/2022	Bullet	Não aplica	126,81% CDI a.a.
Total moeda nacional		2.076	-	100.000					
Total de empréstimos e financiamentos		2.076		100.000					
rotar de empresamos e inianciamentos		2.070		100.000					
		04/40	10010						
	31/12/2019								
	En	cargos	Pr	incipal					
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Financeiros
Moeda Estrangeira									
CITIBANK 4131	1.992	-	243.508	-	13/04/2017	13/04/2020	Bullet	Aval corporativo	LIBOR+ 1,47% a.a
Total moeda estrangeira	1.992	-	243.508	-					
Total de empréstimos e financiamentos	1.992	-	243.508						

A Companhia possui apenas um contrato de mútuo de longo prazo, celebrado no mês de abril de 2020, com a Enel Brasil S.A., no valor de R\$ 100.000, com vencimento em novembro de 2022.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Segue abaixo a mutação dos empréstimos e financiamentos:

Em 2020

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	245.500	-
Captações	12.246	100.000
Encargos provisionados	2.986	2.076
Encargos pagos	(5.194)	-
Variação cambial	63.481	-
Amortizações	(319.019)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	102.076

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se utilizou de contas garantias no montante total de R\$ 12.246, as quais foram totalmente liquidadas.

Em 2019

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.171	234.090
Encargos provisionados	10.519	-
Encargos pagos	(10.534)	-
Variação cambial	9.254	-
Transferências	-	-
Transferências	234.090	(234.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	245.500	-

13. Programa de pesquisa e desenvolvimento

	31/12/2020	31/12/2019
P&D	33.530	29.508
MME	320	405
FNDCT	639	810
	34.489	30.723

Prevista na lei nº 9.991/2000, trata-se de obrigação de aplicar 1% da ROL (Receita Operacional Líquida) em programas de pesquisa e desenvolvimento distribuído da seguinte forma:

40% recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);

20% recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia (MME);

40% investidos pela Companhia em projetos de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

14. Partes relacionadas

			31.12	31.12.2020 31.12.2019		Receita (Despesa)		
Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	31.12.2020	31.12.2019
Serviços de pesquisa e desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Até o final da Concessão	-	-	-	1	-	-
Compartilhamento das despesas de	Enel Brasil S.A	Fevereiro de 2024	-	1.601	-	893		-
infraestrutura condominial e de informática e	Enel Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024		-	-	53		
Consumo Próprio	ENEL Distribuição Ceará - COELCE			-	-	1	(67)	(94)
Management Fee	ENEL SPA			3.619	-	2.565	(1.054)	(44)
	Enel Green Power Cachoeira Dourada			-	-	-	(13.379)	(533.511)
	Enel Green Power Volta Grande		-	-	-	-	(22.823)	-
Suprimento de Energia - CCEAR	Enel Green Power Mourão SA	Até o final da Concessão	-	515	-	-	(515)	
	Enel Green Power Paranapanema SA		-	-	-	-	(944)	
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		-		-	-	1.313.668	1.127.314
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da Concessão		20		27	(304)	(354)
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Dezembro de 2019		-		-		8.525
Mútuo	Enel Brasil S.A	Dezembro de 2020		102.076			(2.076)	
Dividendos	Enel Brasil S.A	Março de 2021		3.203				
Comissão de Fiança	Enel Brasil S.A	Dezembro de 2020				398	(321)	(398)
	ENEL SPA		937	-	767	-	170	282
Compartilhamento de recurso especializado para	Emgesa SA ESP	_	-	-	1.117	-	-	227
	Enel Americas S.A.	Até o final da Concessão	2.775	-		-	1.117	-
gerenciamento e apoio operacional.	Endesa Generacion SA			43	-	43		
	Enel Global Thermal Generation S.r.l.		545	-	269	-	276	269
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	Enel Itália	Até o final da Concessão		-		447		282
Oracle, SAP e também serviços associados ao	Enel Ibéra SLR	— Ate o linal da Concessão		255		181		-
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		5.416	339	3.820			
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		836	-	511	-		
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		377	28	377	28	-	
Compartilhamento de Recursos Humanos e	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		3.049	275	735	267		
Infraestrutura entre as partes relacionadas,	Enel Green Power Brasil Participacoes Ltda		844	2	844	2		
conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024	13	-	13	-	-	
de 2019.	Enel Brasil S.A	_	6	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	_	1.773	-	311	-		
	ENEL CIEN S.A.		47	-	47	-		
			16.618	111.976	8.811	4.906	1.273.748	602.498

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.572 (R\$ 2.313 em 2019). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

15. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Em 2020

	31/12/2019	31/12/2020					
	Saldo acumulado	Reversões	Adição	Atualizações monetarias	Pagamentos	Saldo acumulado	
Trabalhistas	90	(26)	2	_	(65)	1	
Cíveis	-	-	2	-	-	2	
Fiscais	878	(580)	-	4	-	302	
Total	968	(606)	4	4	(65)	305	

Em 2019

	31/12/2018 31/12/2019					
	Saldo acumulado	Reversões	Adição	Atualizações monetarias	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas	70	-	13	7	-	90
Fiscais	2	(1)	465	540	(128)	878
Total	72	(1)	478	547	(128)	968

Com relação ao saldo de contingências fiscais, a Companhia discutia com a Receita Federal débitos de PIS/COFINS pagos através de declarações de compensações. Os processos administrativos se encerraram favoravelmente à Companhia no mérito, restando apenas um saldo decorrente de diferença de cálculo que monta R\$ 302 em 31 de dezembro de 2020.

Risco possível

	31/12/2020	31/12/2019
Fiscal	124.518	106.732
Civeis	67	-
Trabalhistas	116	-
Total	124.701	106.732

A Companhia possui ações de natureza tributária, cíveis e trabalhistas que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

b) Cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento em rescisões contratuais, indenização por acidentes/morte durante atividades que envolvam a cia, desapropriações e ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais.

c) Tributárias

PIS e COFINS

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. O processo administrativo encerrou desfavorável à Companhia. A Companhia ofereceu seguro garantia e segue discutindo o tema na esfera judicial. O valor atualizado do auto de infração é de R\$94.460 em dezembro de 2020 (R\$ 93.212 em 2019).

IRPJ/CSLL

A Companhia discute em execução fiscal o direito de utilizar crédito de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL, cuja compensação não foi aceita pela Receita federal. A Companhia ofereceu seguro garantia e segue discutindo o tema na esfera judicial. O valor atualizado da execução fiscal é de R\$ 16.200 em dezembro de 2020.

ISS

Execução Fiscal apresentada pelo município de Caucaia para cobrança de supostos débitos de ISS referente ao período de 2006 a 2010. A Companhia efetuou um seguro garantia e apresentou Embargos à Execução Fiscal e aguarda julgamento de primeira instância. O valor atualizado do auto de infração é de R\$11.753 em dezembro de 2020 (R\$11.652 em 2019).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$151.936 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com seguinte composição de ações ordinárias nominativas (sem valor nominal):

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Ações	%	
Enel Brasil S.A.	151.935.778	100,00%	
Total	151.935.778	100,00%	

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) <u>Destinação dos resultados</u>

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de 2% sobre o lucro líquido do exercício após as deduções legais, para pagamento de dividendos mínimo obrigatório.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	160.154	304.335
Lucro ajustado	160.154	304.335
Dividendo mínimo obrigatórios	(3.203)	-
Dividendos intercalares	-	(20.000)
Juros sobre capital próprio	-	(30.000)
	156.951	254.335
Reserva de reforço de capital de giro	156.951	254.335

A proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 3.203 será submetida a deliberação em AGO, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação. Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019: Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo intermediário no montante de R\$20.000. (ii) juros sobre capital próprio no montante de R\$30.000. (iii) dividendos complementares no montante de R\$254.335.

c) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

d) Reserva de capital

Corresponde ao benefício da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$141.659, o qual foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme disposto no art. 200 da Lei 6.404/76, não sendo incluída na base de cálculo dos dividendos.

e) Reserva de incentivo fiscal

Corresponde à reserva criada, a partir da introdução da lei 11.638/07, para a alocação do incentivo fiscal relativo ao lucro da exploração de benefício da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A parcela do resultado destinada a essa reserva não é incluída na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia gozava de incentivos fiscais até o ano-base de 2013.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

f) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 32 do estatuto social da Companhia.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

17. Receita líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica (a)	53.773	421.444
Suprimento de energia elétrica com empresa relacionada (vide nota 14)	1.313.668	1.127.314
	1.367.441	1.548.758
Deduções da receita bruta		
Programa de integração social - PIS (b)	(8.520)	207
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS (b)	(39.304)	1.021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(354.690)	(304.375)
Benefício Provin - redução do ICMS	10.181	49.616
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(9.246)	(13.202)
Taxa de fiscalização	(1.000)	(1.004)
	(402.579)	(267.737)
Total	964.862	1.281.021

- (a) Em 2019 houve um maior volume de comercialização de energia. A receita de comercialização reduziu, assim como, houve redução no volume de energia comprada para revenda conforme nota 18.
- (b) Em 2019, a Companhia constituiu créditos a recuperar de PIS e COFINS no montante de R\$ 72.700, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003, conforme nota explicativa 7.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

18. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2020	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	Outras receitas	31/12/2019
Pessoal	(12.336)	(1.838)	(1.232)	(15.406)	(12.744)	(1.731)	(916)	-	(15.391)
Administradores	(676)	-	(897)	(1.573)	(711)	- '	(1.603)	-	(2.314)
Material	(651)	-	(18)	(669)	(761)	-	(12)	-	(773)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(220.831)	-	-	(220.831)	(240.751)	-	-	-	(240.751)
Serviços de terceiros	(5.819)	-	(503)	(6.322)	(5.869)	-	(13.892)	-	(19.761)
Energia elétrica comprada no mercado	(341.196)	-	-	(341.196)	(32.501)	-	-	-	(32.501)
Energia elétrica comprada com partes relacionadas	(37.661)	-	-	(37.661)	(533.511)	-	-	-	(533.511)
Custo pelo uso do sistema de transmissão	(24.522)	-	-	(24.522)	(22.385)	-	-	-	(22.385)
Custo pelo uso do sistema de transmissão - partes relacionadas	(304)	-	-	(304)	(354)	-	-	-	(354)
Reversões (provisões) para riscos cíveis e trabalhistas	-	-	602	602	-	-	(477)	-	(477)
Depreciação e amortização	(55.737)	-	(63)	(55.800)	(56.033)	-	(65)	-	(56.098)
(-) Créditos de pis e cofins	12.010	-	-	12.010	33.548	-	-	-	33.548
Outras (despesas) e receitas	(8.630)	255	(657)	(9.032)	(7.881)	62	1.755	9.797	3.733
Total	(696.353)	(1.583)	(2.768)	(700.704)	(879.953)	(1.669)	(15.210)	9.797	(887.035)

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

19. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	4.517	9.359
Ganhos swap	63.536	124.148
Variação cambial ativa	3.152	4.078
Atualização monetária sobre exclusão do ICMS na base do Pis e Cofins (Nota 7)	-	56.491
Atualização de créditos tributários	2.819	-
Outras receitas financeiras	17	12.541
Pis e cofins sobre receitas financeiras	(488)	(5.252)
Total das receitas financeiras	73.553	201.365
	_	
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(5.060)	(10.519)
Perda swap	-	(118.266)
Atualização financeira de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(4)	(547)
Despesa financeira P&D	(536)	(1.239)
Variação cambial passiva	(64.945)	(9.497)
Garantias e comissão de fianças	(1.716)	(4.228)
Atualização financeira de fornecedores	(2.573)	-
Taxa de incentivo PROVIN	(461)	(1.827)
Baixa de operação de factoring (nota 6)	(496)	(495)
Outras despesas financeiras	(450)	(1.966)
Total das despesas financeiras	(76.241)	(148.584)
Total do resultado do financeiro	(2.688)	52.781

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	261.470	261.470	446.767	446.767	
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%	
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%		10%		
	(65.344)	(23.532)	(111.668)	(40.209)	
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo					
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(9.201)	(3.311)	(612)	(221)	
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	-	7.500	2.700	
Incentivos fiscais e outros	72	-	78	-	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(74.473)	(26.843)	(104.702)	(37.730)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.436)	(27.912)	(93.234)	(33.601)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.963	1.069	(11.468)	(4.129)	
Total	(74.473)	(26.843)	(104.702)	(37.730)	
Alíquota efetiva	28,48%	10,27%	23,44%	8,45%	

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% sobre 100% do lucro tributável apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20/mês

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

		Demonstraçõe	s do Resultado	
Balanços P	atrimoniais	e Resultado Abrangente		
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
19.199	15.172	4.032	(15.597)	
15.649	11.051	4.598	4.790	
191	417	(226)	304	
-	-	-	(21.649)	
3.350	3.704	(349)	958	
9	-	9	-	
19.199	15.172	4.032	(15.597)	
1.130	(2.388)	3.517	(250)	
1.130	(2.388)	3.517	(250)	
20.329	12.784	7.549	(15.847)	
	31/12/2020 19.199 15.649 191 - 3.350 9 19.199 1.130 1.130	19.199 15.172 15.649 11.051 191 417	Balanços Patrimoniais e Resultado 31/12/2020 31/12/2019 31/12/2020 19.199 15.172 4.032 15.649 11.051 4.598 191 417 (226) - - - 3.350 3.704 (349) 9 - 9 19.199 15.172 4.032 1.130 (2.388) 3.517 1.130 (2.388) 3.517	

O teste de recuperabilidade do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	2028 a 2030	Total
4.4	98 29	19	19	57	15.707	20.329

21. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, sendo o principal cliente parte relacionada, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 4 e 5.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de passivos financeiros da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

31 de dezembro de 2020	Menos de três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Fornecedores	197.741	-		197.741
Empréstimos e financiamentos	-	-	106.672	106.672
Obrigações por arrendamentos	61	177	150	388
Total	197.802	177	106.822	304.801

Valoração dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, assim como as taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2	020	31/12/2	2019
	Categoria	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	218.905	218.905	267.928	267.928
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	953	953	26.740	26.740
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	61.384	61.384
Contas a receber	Custo amortizado	2	45.782	45.782	13.048	13.048
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	197.741	197.741	129.761	129.761
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	3.322	3.322	1.364	1.364
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	102.076	98.893	245.500	245.500

Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se do valor justo, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

A estimativa do valor de mercado das operações de derivativos foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros descontados a valor presente pela curva futura do DI, apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA) na posição de 31 de dezembro de 2020. O valor de mercado dos instrumentos financeiros (*NDFs*) em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.322.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção do fluxo de recebimento de receitas futuras em moeda estrangeira (conforme mencionado na nota 1) e proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2020 havia 2 (dois) contratos de NDFs, conforme demonstrados abaixo:

Valores de Beforência

					valores de Referencia				
					Moeda Estrangeira	Moeda Local	Valor Justo	Efeito Acumulado até 31/12/2020	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	Valor a	pagar/pago
Contratos de NDFs:				-					
(+) Ativo				BRL	1100.07.000	D0 440 400	R\$ 144.063		
(-) Passivo	Itaú	03/12/2020	31/03/2021	USD	USD 27.898	R\$ 143.480	R\$ 142.808		-
(=) Ajuste							-R\$ 1.255	-R\$	1.255
				BRL					
(+) Ativo	Santander	03/12/2020	22/04/2021	USD			R\$ 263.514		-
(-) Passivo					USD 51.057	R\$ 262.993	R\$ 261.447		-
(=) Ajuste							-R\$ 2.067	-R\$	2.067

	NDF	SWAP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.059	44.440	49.499
Resultado SWAP - Juros	-	(3.352)	(3.352)
Resultado SWAP - Variação cambial	-	9.233	9.233
Efeito liquido no resultado NDF	5.617	-	5.617
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.817	(2.079)	738
Recebimento	(5.617)	3.902	(1.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.876	52.144	60.020
Resultado SWAP - Juros	-	67	67
Resultado SWAP - Variação cambial	-	63.469	63.469
Efeito liquido no resultado NDF	(74.669)	-	(74.669)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(11.198)	853	(10.345)
Pagamento (Recebimento) principal	74.669	(116.773)	(42.104)
Pagamento de juros	-	240	240
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.322)	-	(3.322)

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Operações de NDFs

A Administração da Companhia, visando possuir maior previsibilidade e proteção de suas receitas, efetua a contratação de NDFs, considerando que a fórmula de reajuste de preço anual do contrato de venda de energia de longo prazo (PPA - Power Purchase Agreement), que ocorre em março e abril de cada ano, possui o dólar americano como um de seus componentes.

Nesse sentido, em dezembro de 2019, a Companhia contratou NDFs para proteger a receita relacionada ao volume de energia contratual dos meses de maio a dezembro de 2020 do efeito da variação do dólar no reajuste de preço. Essas NDFs foram totalmente liquidadas em abril de 2020. Com o aumento do dólar decorrente dos efeitos da Covid-19, o resultado liquidado em abril de 2020 foi negativo em R\$ 74.669. O registro dos efeitos desse derivativo no resultado acompanhou o registro do item protegido (receita).

Da mesma forma que contratado no ano anterior, em 02 de dezembro de 2020, a Companhia contratou novas NDFs para proteger a receita da exposição ao dólar que compõe o índice de reajuste de preço anual que ocorrerá entre os meses de março e abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, os custos não realizados dos NDFs totalizavam posição passiva no valor justo de R\$ 3.322 e a contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O vencimento do NDF ocorrerá conforme descrito abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	Total	
NDF BRLxUSD	1.254	2.068	3.322	
•	1.254	2.068	3.322	

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade no hedge da Companhia estabelecida com uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos aos contratos da Companhia.

Canária + 250/

Canária + E00/

				Cellatio + 25%		Cenan	0 + 50%
Contrato	Indexador	Base	Provável	Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Mútuo Enel Brasil	CDI	102.076	2.882	3.591	709	4.295	1.413
NDF	FIXO	(78.955)	(3.409)	(105.879)	(102.470)	(208.350)	(204.941)
Total		23.121	(527)	(102.288)	(101.761)	(204.055)	(203.528)

Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
CDI	2,85%	3,56%	4,28%
FIXO	4,32%	134,10%	263,88%

Notas explicativas as demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

22. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação reconhecido no resultado do exercício de 2020 foi de R\$ 1.377 (R\$ 1.407 em 2019).

23. Compromissos

Os compromissos são referentes a contratos de longo prazo conforme descritos abaixo:

Obrigações contratuais	2021	2022	2023	2024	Após 2025	Total
Compra Gás	261.296	250.758	245.777	-	-	757.831
Compra de energia	355.331	372.266	391.581	-	-	1.119.178
Serviços de logística	16.484	10.348	5.245	250	1.056	33.383

24. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Adoção inicial (CPC06 R2) (nota 9)	-	298
Remensuração de ativos (CPC06 R2) (nota 9)	448	(102)
Compensações de Pis e Cofins (nota 7)	(46.644)	(3.564)

25. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

	Data de vigência		Importância	Limite máximo
Riscos	De	Até	segurada	de indenização
Risco operacional	31/10/2020	31/10/2021	279.670	2.609.648
Responsabilidade civil	31/10/2020	31/10/2021	n/a	115.588